



AÇÃO TEC NEP E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: AÇÕES INCLUSIVAS IMPLANTADAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1999 - 2014)

ANA LÍDIA BRAGA MELO CUNHA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Objetiva-se examinar de forma crítica (histórica e socialmente situada) documentos oficiais da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (Ação TEC NEP), buscando-se prolegômenos de formação humana integral. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental realizada com base em ações na Rede Federal. A coleta de dados foi realizada na *internet* em espaços de domínio público e a empiria é o Relatório das Ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas, do período de 1999 a 2013 – Ação TEC NEP. Os resultados indicam que os avanços são embotados pelo número reduzido de matrículas de alunos especiais e demonstra a falta de ações que atendam à formação humana integral base fundante da política de Educação Profissional Inclusiva.

Palavras- chave: Formação Humana Integral; Ação TEC NEP; Educação Profissional Inclusiva.

Abstract

The objective is to examine critically (historically and socially situated) official documents of the Action Education, Technology and Professionalization for People with Special Needs (Action TEC NEP), seeking to prolegomena of integral human formation. It is a bibliographical and documentary nature of research conducted on the basis of proceedings in the Federal Network. Data collection was conducted on the Internet in the public domain spaces and empiricism is the Report of the Inclusion of People with Special Needs Actions, from 1999 to 2013 - Action TEC NEP. The results indicate that progress is blunted by the limited number of special students enrollment and demonstrates the lack of actions that meet the integral human formation foundational base of Inclusive Professional Education policy.

Key words: Integral Human Formation; Action TEC NEP; Inclusive Education Professional.

1. INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido buscou examinar de forma crítica (histórica e socialmente situada) documentos oficiais delineadores da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas, ou simplesmente, Ação TEC NEP, como é usualmente denominada esta política.

Ressalta-se que, esse estudo encontra-se num ponto de interseção entre a Educação Especial, modalidade transversal da educação brasileira, que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e a Educação Profissional, Científica e Tecnológica também modalidade de ensino que pode transversalizar níveis, etapas e modalidades de ensino de alunos matriculados a partir dos 14 anos de idade.

Estas quando vinculadas à Ação TEC NEP devem ser oferecidas como formação voltada para o enfrentamento do mundo e do mercado de trabalho, por meio de uma educação integral com qualidade socialmente referenciada. Parte-se do seguinte questionamento: Há nas ações já desenvolvidas pela Ação TEC NEP preocupação de seus formuladores

com a formação humana integral?

Nesse sentido, defende-se que a Educação Profissional pode contribuir para a formação humana integral desses indivíduos, possibilitando a sua inserção no mundo do trabalho. Entendendo-se formação humana integral como a educação que faz a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura consideradas dimensões indissociáveis da vida nas sociedades contemporâneas. Tem-se, assim, como referente uma formação em que os aspectos científicos, tecnológicos, humanísticos e culturais são integrados, direcionando-se para a emancipação humana e social.

A formação humana integral acarreta um acordo ético e uma competência técnica e pressupõe ações voltadas para a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, este estudo situa-se na confluência de uma escola que tenha o trabalho como princípio educativo, como indica Vigotski (2003) ao sugerir que a

possibilidade da escola e da educação pelo trabalho reside em um critério totalmente novo do trabalho como a própria base do processo educativo. Nessa escola puramente voltada ao trabalho, o trabalho não se incorpora como tema de ensino nem como método ou meio de ensino, mas como matéria-prima da educação. De acordo com a feliz expressão de um pedagogo, não só se introduz o trabalho na escola, mas também a escola no trabalho (VIGOTSKI, 2003, p. 182).

Nessa linha de raciocínio, compreende-se que a formação humana integral contempla o trabalho como fundante do processo educativo e deve ser garantida às pessoas com necessidades educacionais especiais em sua formação profissional, em uma escola que eduque pelo trabalho, possibilitando uma maior amplitude de sua leitura de mundo e de inclusão na sociedade.

Observa-se ainda que a educação para o trabalho apontada por Vigotski (2003) traz a questão para a

politécnica [...] uma verdade do futuro, para a qual deve ser orientado o trabalho escolar, porém essa verdade ainda não está definitivamente cristalizada; além de implementar um programa de educação politécnica, a escola também tem a meta de satisfazer as demandas vitais imediatas que surgem. Ao mesmo tempo, o profissionalismo, que necessariamente deve ser proposto pela escola, deve ser entendido como uma concessão à vida, como uma ponte estendida da educação escolar para a prática da vida (VIGOTSKI, 2003, p. 195).

Pereira e Teixeira (2001) corroboram o pensamento de Vigotski e afirmam que devido à importância que o mundo do trabalho assume na vida em sociedade, em qualquer período histórico, a Educação Profissional enquanto parcela da qualificação profissional adquirida dentro do processo formativo, é algo que vai além de ser um componente educativo, tornando-se também, um direito de toda a população apta ao trabalho.

Sendo assim, assume-se o enfoque histórico da relação existente entre educação e trabalho, apresentada por Saviani (2007) quando sinaliza

que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007, p.154).

O trabalho como ação humana apresenta um componente relevante para a atividade das pessoas, posto que se encontra relacionado a fatores políticos, sociais e econômicos, notadamente, quando se trata do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais que não podem ser alijadas dessa ação.

A coleta de dados foi realizada na *internet* em espaços de domínio público e as análises possuem como aporte situacional o Relatório das Ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas realizadas no período de 1999 a 2013 – Ação TEC NEP, elaborado pela Assessoria de Ações Inclusivas, da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC/MEC) – (BRASIL, 2013).

2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais a fim de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais e aos preceitos legais nacionais e internacionais teve a prática da Educação Inclusiva introduzida efetivamente por meio da Ação TEC NEP,

como uma política pública inclusiva. Assim, os princípios que norteiam a proposição desta política destacam a igualdade de oportunidades como fator de desenvolvimento da cidadania, enfatizando o papel da inclusão como agente para o redimensionamento social. Esse discurso pode ser observado em várias políticas educacionais brasileiras, em diversos níveis e modalidades, tais como: Educação Profissional e Educação Especial, apresentando, dessa forma, marcas dos discursos que envolvem a perspectiva inclusiva (ESTEVESNETO, 2014).

A Ação TEC NEP encontra-se na interseção entre as modalidades da Educação Profissional e da Educação Especial como uma política que busca a efetivação de direitos sociais e a garantia do cumprimento da legislação brasileira. Nesse sentido, Batista (2012) destaca que os direitos sociais revelam um conjunto de normas (princípios e regras), que regulam a vida em sociedade e tem como objetivo a obtenção da harmonia no convívio social, sendo reconhecido em âmbito internacional por documentos legais. Os direitos sociais, culturais e econômicos foram construídos a partir das lutas coletivas e estão relacionados ao princípio da igualdade, previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 2005).

A Ação TEC NEP, a fim de atingir seus objetivos possibilita a integração de diversos atores sociais das instituições públicas e privadas. A Ação desenvolvida na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) busca a integração entre a Educação Profissional e a Educação Especial, lançando ramificações às diferentes parcerias entre as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, às organizações representativas de segmentos das pessoas com deficiência, às organizações não- governamentais que atuam na educação especial, os empresários, o Sistema “S”, dentre outros. Cada participante dessa parceria deve contribuir com política inclusiva proposta para a RFEPCT, tendo por base o pressuposto de que compartilhar o conhecimento socialmente construído e garantir a inserção produtiva na sociedade configura-se como um direito também das pessoas com deficiência (ESTEVESNETO, 2014).

Na perspectiva da garantia de direitos, que no final do século XX, no ano de 1999, na história da RFEPCT são retomados os processos de transformações das Escolas Esse movimento coincidiu com os primeiros levantamentos na RFEPCT para a identificação dos CEFETS, que desenvolviam atividades com alunos que possuíam necessidades específicas. Esse levantamento inicial, associado às mudanças legislativas, foram elementos que impulsionaram a criação do Programa (Ação) TEC NEP.

Assim, no final do Século XX, no ano de 1999 a RFEPCT passa por mudanças em sua história com o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). As mudanças institucionais coincidiram com as demandas por uma Educação Profissional que pudesse assumir contornos mais inclusivos, nesse mesmo ano, foram feitos levantamentos institucionais para a identificação dos CEFETS, que desenvolviam atividades com alunos com deficiência. Nesse contexto, a RFEPCT instituiu a política inclusiva, desenvolvendo um novo olhar para a Educação Profissional, pautada em três concepções gerais como destaca Garcia,

1. A educação profissional enquanto necessidade para o desenvolvimento do país – compreendendo a educação profissional como preparação para o trabalho e inserção produtiva no meio social;
2. A promessa de igualdade de oportunidades como fator de desenvolvimento da cidadania – defendendo a inclusão no sentido de se promover transformação dos processos educativos e inserção produtiva numa perspectiva de redimensionamento do contexto social;
3. A educação profissional e inserção no mercado de trabalho como efetivação de direitos – baseado numa compilação de documentos e legislações que davam respaldo a ideia de educação profissional e inserção produtiva como um direito das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. (GARCIA, 2001, p. 7).

A Educação Profissional voltada para as pessoas com necessidades educacionais especiais, passou a entrar nas pautas de discussão dentro da RFEPCT. Assim, a Coordenação Geral de Desenvolvimento da Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação (MEC) solicitou a identificação na RFEPCT das escolas que ofertavam ou desenvolviam Educação Profissional para pessoas com deficiência. Inicialmente foram identificados 153 alunos matriculados nas Escolas Agrotécnicas, 17 nas Escolas Técnicas e 97 nos CEFETS. Na época, das 135 escolas da RFEPCT, apenas 30% afirmaram realizar cursos ou ações para pessoas com deficiência (BRASIL, 2000).

Diante desse contexto, no ano 2000 formou-se um grupo de trabalho das secretarias do Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e da antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), hoje, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que apresentou uma proposta de ação integrada, na qual foram estabelecidos princípios gerais, pressupostos e estratégias para uma Educação Profissional e

Tecnológica Inclusiva (EPTI) (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

Resulta daí o TEC NEP, que foi criado como uma ação articulada de duas secretarias com o objetivo de incluir as pessoas com necessidades específicas em cursos de Educação Profissional RFEPCT em parceria com os sistemas municipais e estaduais de ensino.

As ações para o desenvolvimento do Programa ocorreram após o levantamento realizado em 1999 e os direcionamentos feitos no ano 2000 quando ocorreram reuniões de trabalho envolvendo as instituições da RFEPCT, Secretarias de Estado de Educação, Secretarias Municipais de Educação e entidades representativas das pessoas com deficiência e instituições que já atuavam nesse atendimento a mais tempo. Assim, observamos que tais instituições propuseram a busca por parcerias e a aproximação com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e com o Instituto Benjamin Constant (IBC) e outras instituições (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

A RFEPCT é marcada por um contexto histórico em que as influências da relação econômico-social globalizada interferem na Educação Profissional, acarretando, entre outros aspectos, a expansão da RFEPCT de ensino. Dessa forma, desde a sua fundação em 1909 a 2002, houve a construção de 140 escolas da RFEPCT, e entre os anos de 2002 a 2005 essas instituições foram duplicadas de 140 para 280 unidades escolares. Esse quantitativo marcou a fase inicial da expansão desta (COSTA, 2011).

Em 2005, são lançadas as bases para a continuidade do Plano de Expansão da RFEPCT quando o MEC estabeleceu a entrega de mais 150 novas unidades, distribuídas entre os 26 Estados e o Distrito Federal, totalizando 354 unidades até 2010. Essas Unidades deveriam ofertar uma diversidade de cursos de qualificação técnica de nível médio, licenciaturas, superiores de tecnologia e pós-graduação. No ano de 2008, ocorreu a articulação para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituídos pela Lei nº 11.892/2008 que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, agregando nesta Rede as antigas Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação entre outras escolas de excelência como espaços educativos (BRASIL, 2008).

Embora tenha ocorrido um processo significativo de expansão da Rede, segundo Rech (2012, p.171) “podemos verificar, pelos dados disponibilizados pela instituição e pelos microdados em educação do INEP, que o número de alunos da educação especial na RFEPCT é ínfimo, sendo percentualmente muito baixo”. No campo da Educação Especial, existe um marco legal que legitima a garantia do acesso das pessoas com deficiências às diversas etapas da educação. Na prática, existem desafios que precisam ser superados com mais formação para os professores e profissionais da instituição, melhores condições de acessibilidade, dentre outros, para que a legislação possa ser ativamente cumprida. Os documentos dispõem sobre a necessidade de reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o recebimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O TEC NEP prevê no âmbito interno das instituições a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que se constituem como espaço para o desenvolvimento do processo de inclusão. Os NAPNE tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, possibilitando a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação. Cada NAPNE deve ser estruturado com um Coordenador(a) designado por portaria do Diretor(a). Com o advento dos Institutos Federais de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, os Coordenadores são designados por Portaria do Reitor(a) ou do Diretor(a) do *Campus*. Os NAPNE podem ser compostos por: sociólogos, psicólogos, pedagogos, pais dos estudantes, docentes, técnicos e os próprios estudantes que não precisam ser designados e podem participar por adesão.

Ao buscar compreender a política de inclusão que ocorre na RFEPCT e os caminhos que vem sendo delineados desde o ano 2000, com a implantação da Ação TEC NEP faz-se necessário entender os encaminhamentos no que diz respeito ao acesso das pessoas historicamente excluídas das instituições vinculadas à RFEPCT. Segundo Rech (2012) a RFEPCT

segue o que no Brasil, e no contexto mundial, vem acontecendo no tocante às políticas públicas, ou seja, ações e decisões pautadas por questões pontuais e para públicos específicos- como negros, pessoas com deficiências, mulheres, entre outros. Essas políticas focais, que propõem ajustes político- estruturais, servem também para manter o controle social, como uma forma de resolução de possíveis conflitos. Tais políticas, em nível nacional e estadual, têm sido encaminhadas com frequência e muitas acabam se mantendo por tempo indeterminado (RECH, 2012, p. 31).

A temática da inclusão social transpassa desse modo, os discursos e documentos da referida RFEPCT. Logo, compreende-se que esse tema e as ações desenvolvidas possuem como foco os chamados excluídos, as minorias

sociais, o que justifica o desenvolvimento de políticas de perspectiva inclusiva, inseridas na Educação Profissional e demais níveis e modalidades de ensino, entre as quais aquelas voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Esse direcionamento encontra-se de acordo com os encaminhamentos econômicos e políticos direcionados pela lógica do capital que postula a inserção produtiva de todos os cidadãos. Rech (2012) ratifica destacando que:

a política inclusiva faz parte das estratégias da sociedade capitalista para manter sua hegemonia e aparece de maneira mais expressiva na política educacional com o intuito de incluir determinados públicos, historicamente excluídos da lógica mercantil, em busca de sociabilidade e controle social (RECH, 2012, p.33).

Diante dos conflitos existentes sob a lógica capitalista, em que ocorrem concessões para a inclusão, como mencionado por Rech. Nesse contexto, o Brasil na tentativa de atender aos preceitos legais nacionais e mundiais quanto à inclusão de pessoas com deficiência, bem como de criar uma cultura de profissionalização dessas pessoas. Assim, dentre as políticas para Educação Profissional no Brasil do Século XXI, se encontra a Ação TEC NEP.

As ações desenvolvidas pela Ação TEC NEP foram descritas no Relatório das Ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas (BRASIL, 2013). Dentre as ações delineadas na RFEPCCT que tem implantado o sistema de cotas, com percentual variado, para alunos egressos das escolas públicas, para pessoas com necessidades educacionais especiais, negros, afrodescendentes e indígenas.

No ano de 2013, foi realizado um levantamento das instituições que adotavam cotas para alunos com necessidades educacionais especiais na RFEPCCT, posto que não havia nesta um sistema que pudesse cadastrar essas instituições. Contudo, nem todos os Institutos atenderam à solicitação. Verificou-se que, dos 38 Institutos Federais, 13 tem cotas para alunos com necessidades educacionais especiais, e 25 não possuem sistema de cotas. Os dois Centros Federais, o Colégio Pedro II, e a Universidade Tecnológica do Paraná não tinham cotas até o ano do levantamento realizado para o relatório.

Esse resultado é contrário à legislação e aos marcos normativos da educação, pois nestes, a inclusão tem sido apresentada como direito humano, defendendo o acesso e à garantia de matrícula das pessoas com necessidades educacionais especiais as escolas regulares. Para Fogli (2010)

No universo das políticas de inclusão, diversas são as ações que podem romper com as barreiras do ensino hegemônico. A discriminação positiva e as cotas tem sido uma marca das políticas públicas específicas e focadas no acesso a saúde, a educação, ao trabalho, a cultura como forma de dar respostas as demandas dos grupos excluídos (FOGLI, 2010, p.45).

A RFEPCCT embora tenha a responsabilidade pela Ação TEC NEP em garantir as condições de acesso, permanência e conclusão aos alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, declara não ter na maioria de suas instituições um sistema unificado, de cotas, que possa atender aos grupos socialmente excluídos. Ainda nessa direção, Anjos (2006) revela que o baixo número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na RFEPCCT, como um reflexo das dificuldades de acesso pelo processo seletivo existente para ingresso na Rede.

Assim, compreendemos que embora exista uma política na RFEPCCT voltada para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso não estão sendo garantidas as pessoas com deficiências, movimento que reflete a contradição que destacamos ao longo desse estudo, remontando ainda, a concepção que sustenta essa oferta de Educação Profissional, que deveria estar pautada na oferta de educação capaz de criar as interconexões entre Educação, Trabalho e mundo produtivo. Onde as pessoas com ou sem deficiências sejam capazes de garantir as suas condições materiais de sobrevivência e dignidade humana.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelou este estudo que as políticas para os alunos da Educação Especial presentes na RFEPCCT apesar de trazerem prolegômenos de formação humana integral esses não são revertidos em ações eficientes como demonstrado pelo baixo acesso desses alunos aos diversos cursos ofertados pela RFEPCCT.

Defende-se, portanto, uma formação humana integral garantidora aos alunos com necessidades educacionais especiais, de uma formação que supere a preocupação com a inserção no mundo do trabalho, que possa garantir as pessoas com deficiências políticas inclusivas pela superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual,

entre instrução profissional e instrução geral, prevendo-se sua inserção no mundo produtivo de forma qualificada e emancipada humana e socialmente.

Nesse sentido, faz-se necessário uma reanálise dos documentos norteadores da Ação TEC NEP, pois alguns documentos apenas divulgam o Programa e publicam as ações que são realizadas de forma pontual e pouco transparente. De igual modo, maior envolvimento das instituições que assumiram essa política.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa TECNEP**: educação, tecnologia e profissionalização para pessoas com necessidades educativas especiais. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Censinho TECNEP**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Políticas de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Relatório das ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas realizadas no período de 1999 a 2013 – Ação TECNEP, elaborado pela Assessoria de Ações Inclusivas, da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica/Setec. Brasília, 2013.

COSTA, G. M. A. **Núcleo de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NAPNE)**: ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do Estado de Pernambuco. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

ESTEVES NETO, Hildebrando. **Preconceito e contato intergrupal**: um estudo dos núcleos de apoio as pessoas com necessidades específicas. 2014. 255f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Doutorado Interestadual em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba/Instituto Federal de Mato Grosso, João Pessoa, 2014.

FOGLI, B. F. C. S. **A Dialética da Inclusão em Educação: uma possibilidade num cenário de contradições**: um estudo de caso sobre a implementação da política de inclusão para alunos com deficiências na Rede de Ensino FAETEC. Rio de Janeiro, 2010. 186 f. 2010. Tese. (Doutorado em Educação)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <[www.http://servicos.capes.gov.br](http://servicos.capes.gov.br)>. Acesso em: 06 ago. 2014.

GARCIA, R. M. C. **A proposta de expansão da educação profissional**: uma questão de integração?2001. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1599409506699.doc>>. Acesso em: 6 ago. 2014

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.**Educação e Sociedade**. [online],Campinas, SP, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 dez 2013.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *In:Anais*: 35ª Reunião anual da ANPEd: Porto de Galinhas, 2012 (mimeo).

NASCIMENTO, F. C.; FARIA, R. A. Questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In:NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

PEREIRA, Ulisséia Ávila, FRANÇA, Magna. Políticas de educação profissional e de ensino médio no Brasil (1998-2008). In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo, FRANÇA, Magna (Orgs). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.

RECH, J.G. **O caráter humanitário da formação dos sujeitos da educação especial no Instituto Federal de Santa Catarina**. 2012. 227 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100976/313321.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar.2014.

ROSA, V.F. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola**: uma visão à partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica. 2011.137f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2011. Disponível em:<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/rosa_vf_do_mar.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003a.

_____. **A nova lei da Educação**. LDB, limite, trajetória e perspectivas. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003b.

VIGOTSKI, Liev Seminovich. **Psicologia Pedagógica**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte PPGEP/IFRN. E-mail: analidiaead@gmail.com.

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 19/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: